

A contribuição de Celso Furtado para a transição civilizacional e o movimento progressista: lições de *Criatividade e dependência na civilização industrial*²

RESUMO

Há quarenta anos, Celso Furtado publicou *Criatividade e dependência na civilização industrial*, questionando os desdobramentos da globalização. Pretendemos recuperar o trabalho de Furtado e refletir sobre ele à luz do que acontece em (i) matéria de movimentos progressistas e reacionários na política econômica nacional e internacional e (ii) estudos para a transição. O artigo aporta três contribuições: a perspectiva de longo prazo requerida para transformações de fôlego na ordem social; a importância da *práxis* na conformação de novos sistemas culturais que permitem novos arranjos de reprodução material da existência humana; e o pioneirismo de Furtado no que viria a se tornar um campo de estudos sobre transições sociais. Assim, a onda reacionária na política e economia internacional é colocada em perspectiva e exalta-se a importância da experimentação de novos arranjos de governança socioeconômicos.

Palavras-chave

Celso Furtado; Transição; Globalização.

ABSTRACT

Forty years ago, Celso Furtado published his “*Creativity and dependence in the industrial civilization*”, in which he questioned the ramifications of globalisation. This article means to revive Furtado’s work and reflect on it considering what is occurring in (i) the case of progressive and reactionary movements in both national and international economic policy and (ii) transition studies. This article offers three contributions: the long-term perspective required for transformations of impetus in the social order; the importance of the *praxis* in the conformation of new cultural systems that allow for new arrangements regarding the material reproduction of human existence; and the pioneering spirit of Furtado in what would become a field of study looking at social transitions. Thus, the reactionary wave being seen in international politics and economics is placed in perspective and we extol the importance of experimenting with new arrangements and structures of socioeconomic governance.

Key-words

Celso Furtado; Transition; Globalisation.

1. Departamento de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
2. O autor agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo suporte financeiro na tese desenvolvida no PPG-PCT, do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Agradeço a leitura e os comentários feitos por Luiz Otávio Lucas e Maria Beatriz Bonacelli em esboços anteriores do artigo. Eventuais imprecisões e lacunas do artigo são de única e exclusiva responsabilidade deste autor.

“Nossa luta não é só por democracia, mas por outra civilização”

PEPE MUJICA

1. Introdução

Em 1978, Celso Furtado escreveu *Criatividade e dependência na civilização industrial*. No livro, o autor aborda temas amplos e diversos tais como globalização, transnacionais, a cultura da civilização industrial epitomizada pela racionalidade instrumental e longas narrativas históricas sobre como se estabeleceu o sistema capitalista. Sawaya (2008, p. 328) entende essa obra como a tentativa de Celso Furtado de explicar a manutenção da relação de dependência entre centro e periferia mesmo após a onda industrializante dos anos 1960. O aparente caleidoscópio de ideias e temas foi classificado por Oliveira (2003) como um trabalho pertencente à fase “filosófica” de Furtado. Qualificando com mais precisão a “fase” de Furtado ao analisar sua produção acadêmica nos anos 1970, Cunha e Britto (2011, p. 7) atestam que o autor estava “em busca de uma teoria social global”. A realidade é que Furtado chegou cedo demais no debate da transição civilizacional, hoje um tema em franco crescimento na academia. Em sua formulação original, para tanto, o autor cunhou o conceito de *criatividade*, capaz de mediar a passagem entre diferentes estruturas socioeconômicas em um cenário histórico dinâmico (BOIANOVSKY, 2015, p. 425-426).

O crescimento da área de pesquisa em transição para a sustentabilidade está em Markard, Raven e Truffer (2012). Os autores definem quatro grandes áreas (ou abordagens) dentro dos estudos de transição para a sustentabilidade: gestão da transição, gestão de nichos estratégicos, perspectiva multinível e sistemas tecnológicos de inovação. Loorbach, Frantzeskaki e Avelino (2017) oferecem um ótimo guia sobre o transbordamento dos estudos de transição para outros temas (novos sistemas políticos, sociais e ecológicos). De acordo com os autores, os estudos de transição tomaram corpo a partir da década de 1990, com a convergência de estudos de inovação e de sustentabilidade e, têm sido bem-sucedidos em transbordar do âmbito acadêmico para a esfera das políticas públicas. Os autores também oferecem uma definição do que se entende por transição:

Transitions in their literal sense refer to the process of change from one state to another. In transitions research, the term refers to the process of change from one system state to another via a period of nonlinear disruptive change. Such systemic change, by definition, is the result of an interplay of a variety of changes at different levels and in different domains that somehow interact and reinforce each other to produce a fundamental qualitative change in a societal system (LOORBACH; FRANTZESKAKI; AVELINO, 2017, p. 605).

Como veremos, esta intenção de compreender a passagem de uma *estrutura* socioeconômica para outra era também a motivação de Celso Furtado nos anos 1970 (CUNHA; BRITTO, 2011; BOIANOVSKY, 2015). Furtado (1978) é entendido como o livro que sintetiza essa ousada e pioneira tentativa do autor de compreender a mudança estrutural em dois planos: sem alterar os parâmetros sociais (isto é, a *cultura*, como veremos), ou alterando esses parâmetros culturais, dando origem a uma nova forma civilizacional. Williams (1985) define o termo civilização como “*an achieved state or condition of organized social life*”³ (WILLIAMS, 1985, p. 57). Em Furtado, o termo civilização pode ser entendido como forma de organização da vida social que implica alguma forma de dominação social. Essa forma de dominação depende, concretamente, de uma cultura, um sistema de valores e crenças, que estruturaria (no sentido de limitar as possibilidades, *constranger*) os possíveis canais de expressão da criatividade humana (CUNHA; BRITTO, 2011, p. 6). A cultura na fase da civilização industrial, portanto, legitima certas expressões da criatividade humana: aquelas que fomentam e desenvolvem os canais de acumulação material. Outras formas de expressão da criatividade são, por oposição, bloqueadas.

Se fossemos resumir o livro em uma frase, poderíamos dizer que Furtado narra o processo histórico secular de duas transições civilizacionais e de suas “culturas” associadas. A primeira transição o autor dá a entender que estaria completa: da civilização pré-moderna, baseada em formas autoritárias de extração do excedente econômico, para a civilização industrial moderna; a segunda transição seria a transição incompleta, porém iniciada, da civilização industrial para uma sucedânea, ainda encoberta pelas indeterminações do futuro, mas necessária para a libertação do poten-

3. Ou ainda “*it has come to be a relatively neutral form for any achieved social order or way of life [...] and the word now regularly attracts some defining adjective: western civilization, modern civilization, industrial civilization, scientific civilization and technological civilization*” (WILLIAMS, 1985, p. 59).

cial criativo humano. Embora esteja encoberta, Furtado enxerga as franjas desta nova cultura se descortinando a partir de alguns movimentos sociais: as artes, o movimento ecologista e o movimento feminista são citados no livro.

Onde a globalização entra na discussão de transições civilizacionais? A globalização é entendida como o processo de aceleração da lógica instrumental e acumuladora característica da civilização industrial. Essa aceleração, dependendo da forma com que fosse conduzida, poderia levar à difusão ainda mais bem-sucedida da civilização industrial e de seus valores (optando pela via das instituições supranacionais que redistribuíssem o excedente gerado pelas transnacionais) ou à sua contestação (caso se optasse pela via de instituições tecnocráticas que não impedissem a formação de monopólios transnacionais, concentrando riqueza e acelerando a financeirização). O sucesso da globalização dependia também do enfrentamento da dependência – esta posição subalterna dos países periféricos com relação aos países do centro⁴ – na determinação do direcionamento de seu excedente econômico e na liberdade de expressão de suas formas de criatividade. A luta contra a dependência configura-se, portanto, como a primeira fase de emancipação do homem da periferia. Sua eventual equalização de condições com os homens do centro os colocariam então juntos na segunda fase da luta: a de superação da civilização industrial. A importância do livro assoma quando se tem em conta que o declínio da globalização é um momento de questionamento dos valores sobre os quais repousa o *status* privilegiado da lógica mercantil e acumuladora. O perigo está na alternativa: valores ainda mais restritivos à liberdade e criatividade do que Furtado observava em 1978, embora ele tenha se perguntado: “Haverá uma nova civilização, ou apenas a prolongação da atual sob formas degradadas?” (FURTADO, 1978, p. 167).

O que pretendemos neste breve artigo é (i) recuperar o trabalho de Furtado (1978) e (ii) refletir sobre ele à luz do que acontece em matéria de movimentos progressistas (especialmente os orientados para a transição civilizacional) e reacionários na política econômica nacional e internacional. Para tanto, depois desta introdução seguem três seções: a segunda e a terceira recuperam o pensamento contido no livro. A quar-

4. “O rápido processo de acumulação e o avanço tecnológico que são inerentes a essa civilização capacitaram alguns povos da Europa para submeter a controle a quase totalidade do planeta. A história moderna e contemporânea é em grande parte um reflexo dessa empresa de dominação planetária e do esforço inverso dos povos dominados para liberar-se” (FURTADO, 1978, p. 41).

ta e última seção, dividida em duas subseções, oferece uma reflexão sobre os temas abordados pelo autor. Pensamos que a contribuição do livro para aqueles que se debruçam hoje sobre as perspectivas políticas e econômicas é fundamental por dois motivos: diretamente, Furtado dá a dimensão de longo prazo requerido pelas mudanças de fôlego da ordem social⁵ (ressaltando avanços e retrocessos); indiretamente, o autor também dá a dimensão da importância da *práxis* social embebida nas crenças e valores que fundamentariam uma nova civilização, baseada em lógicas diferentes da lógica materialista e instrumental da racionalidade burguesa. Este último ponto não foi notado explicitamente pelo autor e é uma lição extraída da reflexão sobre o livro. Concluímos que Celso Furtado debateu a transição civilizacional antes do estabelecimento dos estudos de transição enquanto disciplina acadêmica. Optamos por esboçar a argumentação do autor em duas partes, divisão baseada na heterogeneidade do plano de análise empregado no livro.

O primeiro plano de análise gira em torno do sistema-mundo transformado pela globalização econômica: os países que conformam a parte central e mais dinâmica desse sistema são pautados pela *ideologia do progresso* (FURTADO, 1978, p. 71) e pela centralidade/prestígio da ciência e da tecnologia no avanço econômico; as partes periféricas do sistema são acoçadas pelo centro e aderem à *ideologia do desenvolvimento* (FURTADO, 1978, p. 76) como panaceia para se tornarem, elas mesmas, centrais, à imagem de sua contraparte⁶ onde a civilização industrial germinou. No embate das relações econômicas internacionais importam os “recursos reais de poder” (FURTADO, 1978, p. 115): (i) o controle da tecnologia, (ii) o controle das finanças, (iii) o controle dos mercados, (iv) o controle do acesso aos recursos não-renováveis e (v) o controle do acesso à mão de obra barata. O controle da tecnologia seria a pedra fundamental, afinal, é este o recurso que pode suplantar eventuais deficiências em outros recursos, agindo como o “ingrediente nobre do processo de acumulação” (FURTADO, 1978, p. 116).

5. Não menos importante é a percepção de que a edificação de um novo sistema de valores não necessariamente apaga os traços e as expressões culturais pertencentes ao universo valorativo preexistente (e teoricamente subjugado pelo novo). Formas latentes daquela cultura arraigada permanecem, encistadas, às vezes marginais, esperando um momento para voltar à tona.

6. E aqui ressoa uma forte crítica ao que hoje se convencionou chamar estudos de *catching up*: “Posto que se concebe desenvolvimento como uma performance internacional – ignorando-se o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios – a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo” (FURTADO, 1978, p. 77).

O segundo plano de análise, em estreita relação com o primeiro, se refere ao sistema de valores da civilização nascida da revolução burguesa: de acordo com o autor, cada cultura tem suas formas de expressar a criatividade humana, de conjugar a ampliação de recursos materiais com novas instituições sociais e políticas, de canalizar o excedente de recursos criado (FURTADO, 1978, p. 82). A cultura que produziu a revolução burguesa descende da ascensão de uma nova classe social, a mercantil, responsável por ampliar o excedente material via acumulação (FURTADO, 1978, p. 83); o padrão de vida e os valores da classe mercantil ganham status e proeminência na sociedade, tornando-se o padrão almejado. Ao catapultar a classe mercantil para o centro da vida social, a revolução burguesa torna a *racionalidade instrumental* que guiava sua lide no fundamento primário de toda atividade social, a qual passa, progressivamente, a subjugar todas as outras formas de criatividade humana – artística, tecnológica, científica – ao objetivo da acumulação.

Para cada um desses planos de análise, há uma pergunta oculta. A pergunta oculta na primeira narrativa, na formação do sistema-mundo, na emergência das transnacionais e na articulação global dos fluxos econômicos é: a globalização reforçará os centros hegemônicos de poder ou os desestabilizará? Esta questão é importante por vários motivos. O primeiro deles, mais óbvio, é o potencial de autonomia e desenvolvimento *real* que os subsistemas periféricos podem auferir do processo de globalização. Em outros termos, cabe entender se este enfraquecimento *generalizado* da capacidade do Estado-nação de determinar até mesmo os rumos de sua política econômica irá pender a balança do poder internacional para a periferia ou para o centro. Observaremos um grau maior de criatividade na periferia? Haverá liberdade e arbítrio sobre os recursos excedentes gerados na periferia? Proveniente da periferia do sistema, esta questão era cara ao autor *ab initio*. Mas ela encerra um ponto menos explícito e ainda mais importante. As disputas em torno do sistema-mundo, o crescimento em importância de zonas periféricas (FURTADO, 1978, p. 125) ecoam a pergunta oculta na segunda narrativa, referente aos valores culturais arraigados na civilização industrial: será possível substituir a racionalidade instrumental por um novo conjunto de valores precípuos que balizarão uma nova sociedade, uma nova visão de mundo? E, se isso for possível, de onde virá o desafio aos portões da civilização industrial? Do próprio centro, onde a racionalidade instru-

mental se gestou, ou da periferia, permanentemente presa num jogo cujas regras não foram criadas por ela? Esta seria a *metadisputa*, a disputa que paira sobre outras disputas. Quem teria a capacidade de propor um novo estilo civilizatório condizente com as necessidades humanas de expressão criativa, de sentido social, de pertencimento coletivo?

Esta segunda questão implícita na narrativa do autor revela (i) a necessidade de se suplantar a civilização industrial por uma outra e (ii) a dificuldade de realizar tal tarefa. Para entender estes dois pontos, precisamos primeiro retomar a reconstrução analítica que o autor faz do nascimento e da difusão da civilização industrial e, depois, das dificuldades que se antepõem a tentativas de transformação deste modo de vida. Finalmente, poderemos ligar os dois planos de análise e reivindicar a originalidade e o pioneirismo furtadiano. Para o leitor preocupado com os rumos da civilização no fim da segunda década do século XXI, ofereço uma prévia da conclusão: também a imposição da civilização industrial sofreu avanços e reveses – o que não a impediu de ocupar hoje quase todos os espaços sobre o globo. O mesmo pode se dar com a ainda inexistente civilização pós-industrial: é preciso encarar os reveses com uma visão estratégica de longo prazo.

2. O sistema-mundo e a civilização industrial em perspectiva histórica

Se engana quem imagina que a reconstrução histórica da civilização industrial partiria dos eventos registrados no século XVIII, ponto de partida de muitos historiadores da Revolução Industrial.⁷ Furtado reconhece a influência de F. Braudel em seu pensamento (FURTADO, 1978, p. 34) e procura em alterações sociais muito mais profundas e de longo prazo as origens da civilização industrial. Ele propõe duas formas de captura do excedente,⁸ a autoritária e a mercantil (FURTADO, 1978, p. 130). A revolução burguesa seria a vitória da forma mercantil de apropriação do exceden-

7. Ver, por exemplo, Hobsbawm (2012) e Szmrecsányi (2001).

8. Definição de excedente: “todos os recursos de que dispõem uma sociedade além daqueles de que necessita para reproduzir-se” (FURTADO, 1978, p. 129).

te sobre a forma autoritária (FURTADO, 1978, p. 149). Ela traria formas de dominação social condizentes com essa forma de apropriação do excedente, por meio de um longo processo de derretimento das instituições que organizavam mercados e direitos (evoca uma leitura de Karl Polanyi) de propriedade na Baixa Idade Média. Novas instituições surgiriam no lugar dessas. Em um ciclo de autorreforço, quanto mais a classe mercantil protoburguesa acumulava, mais alcançava posições de poder na Europa do século XII ao XV; quanto mais poder detinha, mais limpava o caminho de formas autoritárias de acumulação, potencializando as fontes das quais seu poder emanava.

Desde o início da primeira fase de expansão de um mercado global, no século XV, já era patente a importância da submissão da técnica aos desígnios da acumulação. A empreitada portuguesa aparece como um verdadeiro plano nacional de longo prazo “*mission-oriented*”: dominar o acesso a mercados de produtos negociáveis no mercado europeu. O século XVII assistiria então à saturação deste modelo de expansão reproduzido por outras nações/empresas concorrentes. Estancada a acumulação, estanca também a destruição das formas aristocráticas e tradicionais de organização da vida social. A civilização industrial precisaria esperar. Finalmente, o século XVIII encontraria a saída desta depressão econômica via “mercantilização dos ingredientes da produção”, no caso, a terra e o trabalho. A revolução burguesa é “a implantação do tipo de dominação social que conduz à [...] estruturação do processo da produção em função de critérios de racionalidade instrumental” (FURTADO, 1978, p. 157). Somos obrigados a ressaltar essa visão peculiar da Revolução Industrial: Furtado a toma como a resolução de um gargalo na acumulação mercantil que já vinha ocorrendo desde o século XIV/XV. A subordinação dos fatores de produção ao mercado, a pá de cal nos títulos nobiliárquicos que garantiam direitos sobre a terra, a formação do proletariado enquanto classe social, a industrialização, por fim, são facetas diversas de um mesmo processo. E no bojo de toda essa verdadeira revolução no modo de ordenamento e dominação social vinha a racionalidade instrumental, não dogmática, pragmática, um rolo compressor de formas de cultura que, por oposição, receberiam o rótulo de pré-modernas.

O hiato entre os dois modelos de acumulação mercantil levaria o autor a formalizar a “expansão horizontal” e a “expansão vertical” do capitalismo burguês. Enquanto a primeira tratava de assegurar o controle/ acesso a rotas comerciais, a segunda im-

primiu alterações nas forças produtivas.⁹ A industrialização, o assalariamento, o advento das fábricas e o conseqüente incremento na produtividade são formas concretas de manifestar-se a busca pela ampliação da acumulação em uma fase em que as formas horizontais, expansivas geograficamente, já não ofereciam mais oportunidades tão lucrativas. Mas ambos os processos são encarados por Furtado como epifenômenos com uma mesma origem: a lógica de tudo mercantilizar, que saía das tradicionais rotas de mercadorias para outras esferas da vida; e quando esta tendência alcançasse a ciência, no século XIX, o motor da acumulação veria suas oportunidades de reprodução crescer exponencialmente.

Onde este processo ocorreu originalmente, *i.e.*, na Europa Ocidental, as instituições políticas avançaram junto. Novas formas políticas precisaram ser criadas para acomodar os novos interesses de classes e as novas formas de representatividade. A democratização emerge, bem como a urbanização, a industrialização e a secularização, compondo o que poderíamos chamar de “pacote racional”. Em maior ou menor grau, estes elementos acompanham a difusão da “expansão vertical” da acumulação – todos pautados pela heurística social imposta pela racionalidade instrumental. Cumpre notar que, dentro deste esquema conceitual formulado por Furtado, não há interpretação econômica da história (IEH). A lógica subjacente a todos os processos é a da forma que a criatividade assume no marco da “cultura burguesa”. Uma cultura materialista, sim, mas o seu sentido de ordenamento social deve ser entendido ao lado e acima de seu sentido de reprodução da vida material.

O esquema interpretativo furtadiano não se esquia de outras complexidades deste sistema em gestação. Enquanto o “pacote racional” se desenvolve no centro do sistema, na periferia e nos países onde a difusão da civilização industrial se deu tardia-

9. Podemos especular que, para o autor, o capitalismo define-se pela acumulação material derivada da lógica que privilegia os meios aos fins; sendo assim, a expansão horizontal da acumulação já pode ser considerada capitalismo. Este capitalismo comercial distingue-se da visão marxista, que entende a acumulação pré-industrial como acumulação primitiva. O ponto de vista marxista é de que apenas com a formação do proletariado e o antagonismo de classes, ou seja, com a transformação das classes sociais, o capitalismo se instala de fato. Mas a visão de Furtado é mais abrangente e nada deve em termos de mutação social, posto que também ocorreram alterações sociais substanciais, narradas em diversas partes do livro, para permitir e fomentar o capitalismo comercial (na esfera da circulação do capital, diria Marx) típico dos séculos XIV-XVI. A civilização industrial e a acumulação imbricada na produção, para além da circulação, é, em Furtado, uma fase diferente de um mesmo processo, não carregando qualquer sentido teleológico. O que falta na narrativa do autor é questionar: por que a acumulação capitalista ocupa-se primeiro dos espaços horizontais, para, somente quando se saturam, avançar para os espaços verticais (ou seja, na esfera da produção)?

mente coexistem outras culturas (por exemplo, uma colagem de autoritarismo político e liberalismo econômico). Embora providos de suas próprias formas civilizatórias, progressivamente estas culturas aproximam-se da civilização industrial. Ou são culturas predadas pelos países do centro, que nelas buscam extrair o possível para manter o nível de acumulação, ou são culturas que, percebendo seu atraso tecnológico, implementam revoluções sociais de monta em sua sociedade para nela introjetar o DNA da civilização industrial.¹⁰

Dito isto, é fácil compreender por que o autor partiu, em suas discussões, do estado da arte da globalização econômica. Ela reflete a tendência de espraiamento da civilização industrial, seja em função das necessidades de expansão do processo de acumulação mercantil (horizontal ou vertical), seja em função da ambição de outras nações de, elas mesmas, tornarem-se o centro do sistema. O poder de ação do homem sobre o mundo tornou-se grande demais após a submissão da ciência ao processo acumulativo no século XIX para que outras nações ignorassem os resultados materiais da civilização industrial. E, para Furtado, mesmo a revolução comunista soviética não foi senão um atalho para se introjetar a racionalidade instrumental e seus subprodutos, em especial a técnica ocidental, no tecido social.

3. A inescapabilidade da civilização industrial e seus valores fundamentais

A revolução bolchevista pode ter tido diversas intenções. Mas o que ela logrou de fato, de acordo com o autor, foi conectar a tradicional sociedade russa tsarista ao padrão de acumulação baseado na técnica e na ciência que visava o aprimoramento das forças produtivas. Este acesso à civilização industrial não se faz sem desordem, por exemplo, sem revolução das forças políticas e sociais. A identificação de elementos comuns¹¹

10. Por si só, esta visão original deveria colocar Furtado como um dos pioneiros na discussão sistema-mundista, muito embora ele não desenvolva nesta obra uma visão específica com respeito aos padrões de interação dos países no plano internacional (ainda que fique implícita uma *realpolitik* baseada no interesse nacional em termos de poder, alavancada pelo acesso aos "recursos reais de poder").

11. "A população se torna força de trabalho; a urbanização é o processo de enquadramento espacial da força de trabalho, visando a regularidade do processo de acumulação; os aumentos de produtividade são constantes e seu ex-

permite esta equiparação entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao nível civilizacional. Daí o poder de atração irresistível da civilização industrial.

E a condição dos países na periferia do sistema? Estes, que mantiveram suas forças sociais e políticas, acessam a civilização industrial indiretamente, via comércio internacional. Claramente, sem a modernização das instituições e das relações sociais, não emplaça nesses países o forte ritmo de acumulação e as consequentes melhorias de renda vistas no centro (SAWAYA, 2008, p. 328). As transnacionais lideram o processo transfigurado de industrialização. O próprio “pacote racional” é dilacerado, selecionam-se partes que se encaixam no edifício político e social daquele país e criam-se, assim, falsas democracias¹² e liberalismos deturpados, como bem descreve F. Fernandes (1975). A China se manteria como a única esperança de uma via autônoma. De forma original e baseada em inovações institucionais cíclicas (JABBOUR; PAULA, 2018), ela parece ter seguido o roteiro preconizado pelo autor para os países dependentes: “trata-se de criar vínculos de autêntica interdependência, sem dispor de autonomia tecnológica; de tentar modificar a orientação da tecnologia sem ter o controle desta. Somente de posições mais avançadas e sólidas será possível visar a objetivos mais ambiciosos, como o de instilar uma nova lógica dos fins no processo de acumulação [...]” (FURTADO, 1978, p. 124).

Por que é tão difícil escapar do campo gravitacional da civilização industrial? O motivo imediato é simples: a pleora de tecnologias, inclusive militares, reorganiza a posição de cada país no plano internacional de acordo com seu acesso às mais modernas técnicas. Mas o substrato que torna este avanço tecnológico permanente é a subsunção da ciência ao processo de acumulação mercantil. Muito embora a ciência tenha se imiscuído diretamente na produção apenas no século XIX, Furtado encontra

cedente é reinserido no sistema em busca de mais produtividade e maior taxa de acumulação, ao invés de distribuído para a força de trabalho (seja via concentração de renda num caso, seja via apropriação do excedente pelo partido no outro); a incorporação das mulheres no mercado de trabalho gera tensão no núcleo familiar; a acumulação torna-se o centro das relações sociais; geração de tecnologias militares superiores a de outras formas de organização produtiva” (FURTADO, 1978, p. 51)

12. Isto quando não se compatibilizam mercados com regimes políticos abertamente autoritários: “Quicá o aspecto mais negativo da tutela dos sistemas de produção na periferia, pelas transnacionais, esteja na transformação dos quadros dirigentes em simples correias de transmissão de valores culturais gerados no exterior. O sistema dependente perde a faculdade de conceber os próprios fins. Esta a razão pela qual o autoritarismo político a ele se adapta como uma luva. Dependência econômica, tutela cultural e autoritarismo político se completam e reforçam mutuamente” (FURTADO, 1978, p. 125).

na revolução científica do século XVI as fontes de uma vontade de transformação sobre o mundo semelhantes – talvez cogeradas – às da revolução burguesa.

Como resultado, a criatividade científica torna-se, em boa medida, acorrentada às necessidades da acumulação. Oliveira (2003, p. 33) questiona a visão da ciência enquanto “técnica da razão” combatida por Furtado. Nota o autor que diversos ramos das ciências naturais e da linguística já refletem sobre a qualificação dos contextos, afastando-se apenas da lúgubre quantificação racional. Isto posto, em nada excede a preocupação de Furtado. Afinal, não é apenas com relação às modificações internalistas da ciência que Furtado se apega. O autor se debruça sobre a relação entre ciência, tecnologia e sociedade – e atesta-se em 2019 a crescente clivagem entre dois “grupos de ciência”: ciência, tecnologia, engenharia e matemática receberam até um acrônimo (STEM). Sua importância direta nos processos produtivos e de inovação geram desigualdade de prestígio, remuneração e/ou posição de liderança na comunidade acadêmica entre disciplinas que pertencem ao STEM e outras disciplinas, como as da área de humanidades.

Mas a universalização da racionalidade instrumental que guia a civilização industrial não demanda uma superação somente em função dos grilhões que acorrentam as ciências. Também as artes, a tecnologia e qualquer outra forma de expressão da criatividade inatas ao homem estão constringidas pela ubíqua questão do lucro e da acumulação. Furtado então recorre ao pensamento de Nietzsche: a constatação de que os valores que permitiam o avanço material da civilização também levavam à desumanização; a constatação de que a criatividade estava sendo posta sob uma camisa de força da hiperracionalização, uma vez que a vitória do pensamento científico reforçava uma vez mais a lógica dos meios e erodia outros valores-fins. O autor vê no materialismo um beco sem saída; é preciso aliar a criatividade à liberdade para que haja verdadeira realização do potencial humano. Esta instrumentalização da criatividade em todos os níveis (científico, tecnológico, artístico) leva à desvinculação moral do criador de sua obra. A criatividade enquanto liberdade, desvinculada da necessidade de acumulação, é genuína, é moralmente vinculante; a criatividade instrumentalizada é um pastiche, uma cultura para consumo (FURTADO, 1978, p. 165).

Quarenta anos depois da publicação da obra de Furtado, como progride a globalização enquanto arena de competição entre as nações participantes da civilização industrial? E, indo além, o que poderia nos remeter a uma nova civilização?

4. O declínio da globalização e a bifurcação civilizacional à frente

4.1 Turbulência global e a civilização industrial hoje

A globalização não favoreceu nem o centro nem a periferia *como um todo* (FURTADO *et al.*, 2015, p. 116). A alteração de forças se deu transversalmente, beneficiando uma elite global em detrimento da maioria dos cidadãos que se veem excluídos de um cosmopolitismo às custas dela.¹³ Ainda devemos colocar a China como exceção – dado seu bem-sucedido processo de desenvolvimento e elevação do nível de vida de sua população dentro do quadro de um socialismo de mercado original (JABBOUR; PAULA, 2018). De qualquer forma, a China ainda não reuniu força suficiente para produzir um sistema superior aos implantados nas economias ocidentais do centro. Enquanto isso, no centro, ocorre o questionamento da globalização e do seu sistema de valores (os valores da civilização industrial), mas a alternativa colocada na mesa vem de movimentos reacionários que Furtado não previu na sua obra. Nos últimos anos, observa-se um recrudescimento dos movimentos nacionalistas, tradicionalistas e conservadores (CASTELLS, 2018). A análise das razões por trás deste fenômeno ilumina alguns dos limites da análise conduzida em Furtado (1978). Autores como Levitsky e Ziblatt (2017) interpretam a radicalização e polarização da política norte-americana como reação à tentativa de se estabelecer uma democracia racial/étnica efetiva, vista como ameaçadora pelos grupos da cultura branca que – perdendo progressivamente sua posição de maioria para os diversos grupos minoritários – desfrutaram historicamente de status social e cultural diferenciado. Ou seja, existem outros elementos, interconectados com a esfera material, que influenciam a direção da política e, por tabela, as instituições que conformam as possibilidades de acumulação. A reação virulenta dos grupos conservadores contra o avanço da pauta progressista revela a coexistência da cultura racional e empirista com a cultura tradicional, patriarcal, religiosa e regionalista. Assim, o argumento furtadiano de que o ordenamento social pautou-se pela *hegemonia* da racionalidade instrumental em todos os seus recônditos

13. “O processo de globalização tem, entretanto, diminuído consideravelmente as diferenças sociais internas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, fazendo com que os primeiros adquiram estruturas sociais crescentemente desigualitárias. Desta forma a problemática do desenvolvimento, que, antes, se restringia apenas aos países subdesenvolvidos, se estende cada vez mais aos países industrializados” (FURTADO *et al.*, 2015, p. 116).

parece incompleto. O avanço da racionalidade instrumental, em vez de extirpar outras formas de ordenamento social baseadas em hierarquias, patriarquias, teogonias etc., parece ter se colocado como camada superior e mais superficial, servindo como quadro dentro do qual as relações conflituosas se dão – ao nível do mercado – enquanto não existam movimentos que ameacem verdadeiramente a existência das camadas basais e adormecidas de patriarcalismo, fundamentalismos e afins.¹⁴ Hoje, é difícil dizer que esta configuração se dê somente na periferia, onde Furtado reconheceu que haveria uma compatibilização entre estas formas aparentemente incongruentes de ordenamento social.

O gatilho que despertou estes movimentos, por outro lado, parece ter sido o aprofundamento da globalização e o descontentamento das classes médias/trabalhadoras nos países do centro com o desemprego, a estagnação da renda do trabalho e a desigualdade explícita (STIGLITZ, 2016). Esta reação interna ao movimento de expansão desenfreado do capital em busca de menores custos não passou despercebida ao autor, que afirmou que a expansão global fortaleceria as transnacionais em seus respectivos contextos nacionais (p. 25-26) e, principalmente, que “se existe algum obstáculo à expansão das transnacionais nessa direção, cabe atribuí-lo aos próprios países centrais; é o caso da pressão causada por sindicatos, particularmente nos Estados Unidos, preocupados com os efeitos diretos e indiretos da ‘exportação’ de emprego” (FURTADO, 1978, p. 122). Furtado havia delineado duas possibilidades de evolução da globalização: no primeiro cenário, as instituições supranacionais exerceriam o papel que os governos keynesianos e social-democratas haviam exercido no âmbito nacional, ou seja, de redistribuição dos lucros das empresas, então transnacionais. No segundo cenário, as instituições supranacionais não passariam por efetiva democratização, perdendo representatividade e atuando em função de objetivos tecnocráticos. Hoje, faz sentido enquadrar as instituições internacionais muito mais no segundo cenário do que no primeiro. Ao estruturar uma ordem internacional que dá

14. O movimento reacionário recente indica que o tratamento que Furtado deu à questão do sistema de valores que conforma uma cultura e suas possibilidades materiais talvez tenha simplificado demais a questão. A racionalidade instrumental não parece realmente ter se tornado hegemônica, mas alcançado status proeminente na definição do que é legítimo e válido enquanto expressão da criatividade humana, ao lado de outros expedientes culturais. Em outras passagens do livro o autor reafirma que pode haver o acoplamento da racionalidade instrumental e da proeminência burguesa a outros valores preexistentes (FURTADO, 1978, p. 75-76). Explorar a fundo a coexistência de um sistema de valores moderno/arcaico (pressuposto no enxerto do modo de acumulação mercantil sobre o modo de acumulação autoritário) é matéria para um estudo filosófico que, embora imperioso, não cabe aqui.

ampla liberdade ao capital e restringe a movimentação de trabalhadores, a não ser dos superqualificados, as instituições internacionais plasmaram o ambiente ideal para a acumulação ampliada das transnacionais.¹⁵ Outro ponto possível de interpretação deste momento de turbulência é a mudança na natureza da globalização – e não seu recuo. Estudos recentes apontam que enquanto o fluxo global de bens diminuiu e o de capital estagnou, o fluxo de dados cresceu 45 vezes (MGI, 2016, p. 3-4). A formação deste mercado global de dados pode indicar que a globalização – e suas fontes de geração e apropriação de valor – passa por um momento de inflexão devido à saturação dos mercados tradicionais e à emergência de mercados de informação e dados (BALDWIN, 2019).

Ainda assim, os ataques contra a globalização ocorrem, em 2019 e nos últimos anos, de posições entricheiradas nos mais diversos tipos de culturas e crenças pré-modernas: de fundamentalistas religiosos a monarquistas. Embora os problemas tenham origem na trajetória escolhida de globalização econômica, as míopes soluções oferecidas passam por nacionalismos militaristas, até regimes totalitaristas xenofóbicos (CASTELLS, 2018). Embora haja problemas econômicos, a resposta foi o estabelecimento de uma onda de “eleitores sedentos por autocratas” (BALDWIN, 2019, p. 76). A destruição do movimento trabalhista (SRNICEK, 2017, p. 17-18) talvez explique em parte porque a sociedade não fornece soluções que ataquem o problema, em vez de soluções que contornem o problema. No entanto, o que o esvaziamento do movimento trabalhista certamente indica é que (i) o esquema equilibrado entre capital e sindicatos se rompeu e (ii) o exercício do contrapoder atualmente pode ter passado para outros movimentos sociais, como os ambientalistas e feministas. Em vistas do protagonismo destes novos vetores de contestação, compreende-se a virulência do movimento reacionário. São precisamente estes movimentos que Furtado (1978) havia enfatizado como vetores da transição civilizacional – capazes de dar outra dinâmica à criatividade.

15. Uma longa passagem de J. Stiglitz atesta como Furtado antevira um dos possíveis resultados da globalização desigual: *“The way in which globalisation has been managed has led to lower wages in part because workers’ bargaining power has been eviscerated. With capital highly mobile—and with tariffs low—firms can simply tell workers that if they don’t accept lower wages and worse working conditions, the company will move elsewhere. To see how asymmetric globalisation can affect bargaining power, imagine, for a moment, what the world would be like if there was free mobility of labour, but no mobility of capital. Countries would compete to attract workers. They would promise good schools and a good environment, as well as low taxes on workers. This could be financed by high taxes on capital. But that’s not the world we live in”* (STIGLITZ, 2016).

4.2 Os vetores da transição civilizacional em *Criatividade e dependência na civilização industrial hoje*

O autor não enxerga na religião ou no reforço do pensamento científico a saída para a crise (FURTADO, 1978, p. 169-170). Em vez disso, ele encontra em três “formas de organização social” (CUNHA; BRITTO, 2011, p. 24) o potencial de geração de massa crítica suficiente para contestar a lógica dos meios (e sua muleta, a lógica do progresso).¹⁶ A primeira forma seriam as artes (FURTADO, 1978, p. 174). Embora elas também sejam cooptadas para o mercado, o autor enxerga em algumas iniciativas um verdadeiro gérmen antissistema, como o desenvolvimento das artes sem a criação de objetos (como a performance), dificultando sua monetização e transação. Quarenta anos depois, as artes ainda são um espaço de resistência, de expressão genuína da criatividade humana. Ao mesmo tempo, o mercado de arte nunca foi tão grande e expressivo. Bolaño (2011, p. 369) enfatiza o grande entendimento entre pequenos e grandes produtores culturais para viabilizar a indústria criativa mediante o *enforcement* de rígidos esquemas de propriedade intelectual. A mercantilização também alcançou o mercado de arte, que se engajou às novas formas de entretenimento (como música, filmes e séries). A imaterialidade da arte já não garante sua cisão com a lógica acumulativa: os maiores sucessos do entretenimento, como *Netflix* e *Spotify*, são plataformas digitais¹⁷ que transacionam o acesso à arte em uma esfera virtualizada. O desenvolvimento deste novo modelo de empresa platformizada – fruto da criatividade “controlada e limitada por modelos de produção bem definidos” (BOLAÑO, 2011, p. 370) – tem sido bem-sucedido em transformar qualquer tipo de produto em serviço acessível via pagamentos por ocasião ou via assinaturas mensais (SRNICEK, 2017). Assim, embo-

16. A interpretação que o autor faz sobre a ideologia do progresso é brilhante: o progresso resume a ideia de um futuro de abundância para toda a sociedade, o elo que liga todas as vontades e fornece coesão social ou “alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classe com interesses antagônicos” (FURTADO, 1978, p. 76). De acordo com o autor, esta ideologia de progresso-acumulação acabou marcando até mesmo a contraideologia do socialismo científico que tinha por objetivo superar a ordem capitalista; ela serviu como uma superideologia que galvanizava os interesses divergentes da classe trabalhadora e capitalista. Sem esta visão, a racionalidade aplicada à própria situação desigual de classes poderia desestabilizar o sistema.

17. A abertura do espaço digital ou virtual à lógica mercantil passa pela emergência dos dados como matéria bruta de um novo tipo de empreendimentos – as plataformas – e pela instituição de normas e leis que garantam a apropriabilidade privada de dados. Abre-se um novo horizonte de expansão do capitalismo, um espaço virtual que apenas começou a ser ocupado, ainda que as tendências de oligopolização dos empreendimentos nesta nova dimensão já se deixem entrever (SRNICEK, 2017).

ra ainda existam pontos de resistência, não há uma massa crítica capaz de propor uma nova racionalidade, muito menos consenso entre os diversos produtores de arte quanto ao modelo que substituiria a racionalidade instrumental. As artes, tomadas enquanto força/movimento social, figuram mais como movimento de resistência/questionamento do que como movimento de transcendência.

O autor menciona em seguida o movimento ecologista. Aqui é forçoso transcrever um longo trecho do livro:

Que os homens hajam tomado tanto tempo para perceber que a lógica do sistema capitalista – no qual a administração dos recursos não-renováveis está subordinada a interesses privados – leva a um implacável empobrecimento da vida em um de seus aspectos fundamentais, que é o das relações do homem com a natureza, ficará como o maior paradoxo de uma civilização que pretendeu ter na razão seu princípio unificador (FURTADO, 1978, p. 176).

O movimento ecologista aponta para um fim de difícil acomodação nas tendências políticas tradicionais, alerta o autor. A ativação desse movimento recupera formas de associação direta, debeladas pelo individualismo do mercado, formas cooperativas de organização de recursos, por exemplo, e exige uma retomada na definição do que são bens comuns.¹⁸ Aqui o autor critica a forma de atuação política sindical: a consciência do trabalhador é, neste caso, unidimensional, voltada para a batalha perpétua de elevação dos salários reais e de melhorias na condição de trabalho – visão que legitima a disputa restrita ao universo mercantil e negligencia outras disputas que exigem uma visão política global. O movimento ecologista recoloca a multidimensionalidade da política em pauta e o questionamento da gestão privada e mercantil dos recursos e surge como uma importante força de resistência. Quarenta anos depois, o movimento ecologista tornou-se imperativo na academia e nas ciências em função da constatação consensual dos danos causados pelas mudanças climáticas. Não apenas políticas climáticas passaram a fazer parte das políticas públicas (FERREIRA; BARBI; GIESBRECHT, 2016), mas novos campos de pesquisa interdisciplinares, como o das transições para a sustentabilidade (*sustainability transitions*) ganharam proeminên-

18. Sobre este debate, ver Dardot e Laval (2017).

cia.¹⁹ Nas eleições norte-americanas de 2020 o tema do “New Green Deal” – o plano de investimentos e transformação infraestrutural dos EUA para atingir uma sociedade livre de carbono em 2050 – deve ser um dos pontos centrais do debate público.²⁰ Carlota Perez, talvez a maior economista neoschumpeteriana e especialista no estudo de ciclos longos do capitalismo, advoga que o próximo paradigma tecnoeconômico deverá pautar-se em energia renovável e tecnologias limpas (PEREZ, 2016).

Finalmente, o movimento feminista é apontado como a terceira força contestatória antissistema (FURTADO, 1978, p. 179). Furtado levanta dois pontos da agenda, o primeiro, a equalização de salários e posições em empresas e organizações entre homens e mulheres; o segundo, o de valorização do trabalho não remunerado (ou o que ele chama de serviços para a reprodução da espécie). O primeiro ponto ainda não se resolveu, porém, há avanços nesta direção. Em 2019, órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) são presididos por mulheres. Embora longe de uma verdadeira equalização, o potencial de transformação sistêmica deste embate parece ter sido exagerado por Furtado. Um mercado de trabalho realmente justo seria uma forma de *otimização do sistema* (no jargão dos estudiosos das transições), que acaba por prolongar-lhe a vida útil (muito embora não reste dúvidas sobre a necessidade moral imperiosa do movimento). Talvez o grande potencial transformador esteja na valorização da liderança feminina em cargos políticos (KOCH-MEHRIN, 2018), posto que isto pode alavancar o segundo ponto: a valorização do trabalho não remunerado (hoje em dia dito “reprodução social”, “trabalho reprodutivo” ou *care work*) e sua ligação direta com um novo fim, a percepção de que a reprodução da espécie é um trabalho mais valioso do que o trabalho tradicional e, além de mais valioso, mais significativo em termos de sentido e vinculação moral com aquele que o exerce. Embora mais disruptivo, este movimento avançou menos. Existe um amplo debate na academia (HESTER; SRNICEK, 2017), associado às discussões sobre pós-trabalho, pós-gênero e pós-capitalismo, e autoras como Silvia Federici colocam a transformação desta organização do trabalho como o ponto inicial da transformação civilizacional. A autora ressalta *“the limits of a feminist political strategy that does not place the struggle against sexual*

19. Ver a Rede de Pesquisa das Transições para a Sustentabilidade, disponível em: <https://transitionsnetwork.org/>.

20. Ver <https://www.nytimes.com/2019/02/21/climate/green-new-deal-questions-answers.html>

discrimination in an anticapitalist framework” (FEDERICI, 2012, p. 75). O movimento feminista, portanto, tem ganhado tração – e seus detratores cumprem o papel de reconhecer seu protagonismo como um dos vetores centrais da transformação civilizacional.

5. Considerações finais

Após esta breve releitura dos apontamentos de Furtado, com o benefício de escrever quarenta anos depois, podemos esboçar algumas lições. As “rachaduras” no edifício da racionalidade instrumental que Furtado identificou quarenta anos atrás tornaram-se forças globais na luta por um novo ordenamento social. Seu impulso recente pode estar relacionado ao refluxo da globalização. Quando o sistema-mundo em que opera a civilização industrial encontra obstáculos à sua expansão – o desafio chinês e a transformação da natureza dos fluxos globais de bens, capital e serviços – as vozes que clamam pela transição ressoam mais alto. Como, devido à predominância da lógica neoliberal, as alternativas trabalhistas/sindicalistas perderam força, o espaço do contrapoder vem sendo ocupado pelas formas de organização social previstas por Furtado (1978). O enfrentamento social se dá para além da esfera produtiva/distributiva de mercado *stricto sensu* (mas a engloba). Este ponto explicaria o clima de polarização política e de conflito permanente nas sociedades ocidentais. A desintegração do movimento trabalhista redirecionou a luta social para outro terreno. A alteração passa a ser sobre estilos de vida e concepções de família – e não se limita ao clássico conflito distributivo entre lucros e salários. O debate deixa de se dar ao redor de mudanças nas variáveis e concentra-se em torno dos próprios parâmetros do sistema de reprodução da vida material. Neste sentido, experimentamos um momento de aceleração histórica ou de potencial transição entre *estruturas* no sentido furtadiano do termo.

Soluções conciliatórias não apenas podem emergir como já existem. O feminismo liberal e o crescimento verde (*green growth*) são o equivalente neste novo arranjo social parametrizado aos acordos entre capital-trabalho do arranjo precedente. No contexto de crise de acumulação, estagnação global e mercados disfuncionais, é provável que as soluções radicais atraiam mais adeptos – com mobilização igualmente

te radical na outra ponta do espectro político. Nos aproximamos aqui da unificação dos dois planos de análise do livro: o bloqueio na expansão do modelo vigente de civilização industrial abre janelas de oportunidade para movimentos transicionais mais consistentes. Se é provável que este momento de tensão arrefeça graças a ajustes “por dentro” do sistema – via reformulação dos mercados de dados por exemplo (BALDWIN, 2019) – é também provável que a expansão da lógica instrumental (na base da civilização industrial) para ainda uma nova esfera social apenas adiará e tornará mais urgente a conformação de uma nova cultura prenhe de espaço para o exercício ampliado da criatividade humana.

É neste contexto que os estudos de transição merecem mais atenção. Ao final deste artigo, parece certo que Celso Furtado, nos anos 1970, se esforçou para montar um arcabouço metodológico e epistemológico capaz de lidar com a questão da transição. Por este motivo enfatizamos a importância de retomar seus escritos da década de 1970, em especial o livro abordado aqui. Enfatizamos também que uma futura agenda de pesquisa poderia considerar como seus conceitos podem ser recuperados e, possivelmente, agregados aos novos métodos de estudos de transição. Por fim, ressaltamos a importância da experimentação social (*práxis*) no campo prático e a noção de que estes são movimentos que se desdobram no longo prazo, entre avanços e retrocessos. Lembremos que Furtado narrou, em sua recuperação histórica de longo prazo, como entre a expansão mercantil horizontal do século XV e a expansão mercantil vertical do século XVIII, houve um grande período no qual as forças aristocráticas refratárias à mudança retomaram forças e ganharam espaço (FURTADO, 1978, p. 142-146). A acumulação pela via mercantil é apenas um enxerto no edifício da acumulação pela via autoritária (FURTADO, 1978, p. 149) [baseada em arranjos políticos muito piores do que a imperfeita democracia representativa], nos lembra o autor – e é sempre mais fácil e seguro retomar algo velho, mas já conhecido e experimentado, do que criar algo novo.

Isto porque, como narrado no livro, a ascensão da racionalidade instrumental não se fez mediante a conscientização das classes sociais preexistentes – fez-se a partir do surgimento de uma nova classe social, uma nova força social.²¹ *Não basta, portanto, tentar cobrir os movimentos e forças sociais existentes com uma nova camada de valo-*

21. O movimento na verdade é mais complexo do que isto. Não apenas uma nova classe precisou surgir e ganhar corpo em um período que demorou séculos, mas as classes preexistentes aristocráticas também passaram a se beneficiar e, aos poucos, a aderir à lógica mercantil da nova força social.

res-fim; é necessário experimentar novas formas de sociabilidade na prática. Iniciativas tais como a transformação das habitações humanas em coletivos, ou “ecovilas” (HESTER; SRNICEK, 2017), ou a *experimentação*²² enquanto prática de pesquisa que se desenvolve no seio dos estudos em transições para a sustentabilidade (SENGERS; WIECZOREK; RAVEN, 2016) estão na vanguarda dos estudos de transição e devem ser ampliadas. Em suma, ressaltamos que Furtado (1978):

- elucidou a importância do movimento de longo prazo para a transformação civilizacional, o que nos permite colocar os (des)arranjos da globalização e suas respostas políticas em perspectiva temporal;
- estabeleceu a *práxis* como elemento constitutivo no devir dos ordenamentos sociais futuros;
- introduziu o conceito de criatividade embasado na cultura específica de uma civilização, portanto, foi além de conciliar o estruturalismo latino-americano com a história econômica (BOIANOVSKY, 2015). Conforme exploramos neste artigo, Celso Furtado pode ser considerado um pioneiro, um praticante *avant-garde* dos estudos de transição. Seus conceitos originais – que consideramos subaproveitados pela comunidade de pesquisa – poderiam ser mais amplamente mobilizados para compreender os fenômenos atuais.

Ao fim e ao cabo, o livro que se pretendia antiacadêmico acaba se mostrando supra-acadêmico: indica, há quatro décadas, como a reflexão sobre os grandes temas das ciências sociais devem explorar a interdisciplinaridade de forma engajada com as necessidades históricas contemporâneas. Reflete seu próprio conteúdo, quando afirma que o *conhecimento* instrumental não poderá nos elevar tanto quanto a *sabedoria* para fundar uma nova lógica, pautada pelos fins das atividades nas quais o homem aplica seu potencial criativo. Longe de um mero *tour de force*, *Criatividade e dependência na civilização industrial* antecipa muitos debates atuais e indica um caminho. Caminho que até hoje as ciências, o academicismo e muitos movimentos progressistas relutam em trilhar.

22. SENGERS; WIECZOREK; RAVEN (2016) citam cinco tipos de experimentação na literatura de transições para a sustentabilidade: *niche experiment*, *bounded socio-technical experiment*, *grassroots experiment*, *transition experiment* e *sustainability experiment*.

Referências

- BALDWIN, Richard. *The globalitics upheaval: globalization, robotics and the future of work*. New York: Oxford University Press, 2019.
- BOIANOVSKY, Mauro. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy. *Journal of Economic Methodology*, vol. 22, n. 4, p. 413-438, 2015.
- BOLAÑO, César. Indústria e criatividade: uma perspectiva latino-americana. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 6, n. 9, p. 367-380, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CUNHA, A. M.; BRITTO, G. When development meets culture: Furtado in the 1970s. *Working paper 429*, Cedeplar/UFMG, 2011.
- DAROT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FEDERICI, Silvia. *Revolution at point zero: housework, reproduction, and feminist struggle*. S.L: PM Press, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERREIRA, Leila; BARBI, Fabiana; GIESBRECHT, Marília. Global environmental changes: environmental policies in China and Brazil. *Revista Tempo do Mundo*, vol. 2, n. 1, p. 99-122, 2016.
- FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, André *et al.* A atualidade do pensamento de Celso Furtado. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 11, p. 112-121, 2015.
- HESTER, Helen; SRNICEK, Nick. The crisis of social reproduction and the end of work. In: *The age of perplexity: rethinking the world we knew*. Barcelona: Fundacion BBVA, 2017, p. 372-389.
- HOBSBAWM, E. J. *A era do capital: 1848-1875*. 2. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- JABBOUR, Elias; PAULA, Luis Fernando. A China e a socialização do investimento: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*, vol. 22, n. 1, p. 1-23, 2018.
- KOCH-MEHRIN, Silvana. How do we really feel about woman leaders? *World Economic Forum*, dez. 2018. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2018/12/women-reykjavik-index-leadership/>>. Acesso em: 25 fev. /2019.
- LEVITSKY, Stephen; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LOORBACH, Derk; FRANTZESKAKI, Niki; AVELINO, Flor. Sustainability transitions research: transforming science and practice for societal change. *Annual Review of Environment and Resources*, vol. 42, p. 599-626, 2017.

- MARKARD, Jochen; RAVEN, Rob; TRUFFER, Bernhard. Sustainability transitions: an emerging field of research and its prospects. *Research Policy*, vol. 41, p. 955-967, 2012.
- MGI. MCKINSEY GLOBAL INSTITUTE. *Digital globalization: the new era of global flows*, 2016.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEREZ, Carlota. Capitalism, technology and a green global golden age: the role of history in helping to shape the future. In: JACOBS, M.; MAZUCATTO, M. (Eds.). *Rethinking capitalism: economics and policy for sustainable and inclusive growth*. Chichester: Wiley-Blackwell, em associação com *The Political Quarterly*, 2016.
- SAWAYA, Rubens. Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia. *Estudos Avançados*, vol. 22, n. 64, p. 327-334, 2008.
- SENGERS, Frans; WIECZOREK, Anna; RAVEN, Rob. Experimenting for sustainability transitions: A systematic literature review. *Technological Forecasting & Social Change*, vol. 145, n. aug/2019. p. 153-164, 2019
- SRNICEK, Nick. *Platform capitalism*. S.L: Polity Press, 2016.
- STIGLITZ, Joseph. Inequality and economic growth. In: JACOBS, M.; MAZUCATTO, M. (Eds.). *Rethinking capitalism: economics and policy for sustainable and inclusive growth*. Chichester: Wiley-Blackwell, em associação com *The Political Quarterly*, 2016.
- SZMRECSÁNYI, Tamas. Esboços de história econômica da ciência e da tecnologia. In: SOARES, L. C. *Da revolução científica à Big (Business) Science*. Rio de Janeiro: Hucitec, 2001.
- WILLIAMS, Raymond. *Keywords: a vocabulary of culture and society*. New York: Oxford University Press, 1985.

